

CANDENDÊ – SÍTIO DOS CRIoulos: a terra é meu quilombo

(Barbacena- séc. XIX e XX)

Roseli dos Santos
Doutoranda em História
Universidade Federal de Juiz Fora
E-mail: selix07@hotmail.com

RESUMO

Neste trabalho analisamos a formação do quilombo Candendê, as relações familiares existentes e as memórias enraizadas no local. O referido quilombo nomeado atualmente de Ponto Chique do Martelo, teve a origem no século XIX com a chegada de um grupo que se estabeleceram na “grotá” que fica entre os municípios de Barbacena e Padre Brito. O cruzamento das fontes primárias, como cartas de alforrias, certidões de nascimento, casamento, óbito e registros de terras guardados no arquivo de Registro Civil de Padre Brito, como jornais e documentos primários existentes no Arquivo municipal Amilcar Savassi e as memórias existentes no seio da comunidade, nos possibilita conhecer os personagens e seus emaranhados de relações verticais e horizontais que formaram e fomentam o imaginário até hoje dos moradores do referido quilombo.

Palavra- chave: Memória; História; Resistência.

1- Memórias sobre o quilombo

Numa tarde qualquer de primavera, assentados aos pés da cama da velha tia, escutávamos com os olhos espantados histórias de antepassados. Sem saber ao certo o que pensar, começamos a entender a dura realidade das relações humanas, onde nosso bisavô, ao longo de sua vida, havia capturado homens e mulheres que muito se assemelhavam com nossa tonalidade de pele, e a mando dos fazendeiros locais enforcava-os numa figueira que, ainda resiste às amarguras do tempo no distrito de Ponto Chique do Martelo.

A partir de então, começamos a indagar os personagens envolvidos e a história da região. De acordo com os relatos da saudosa tia, Ponto Chique nem sempre foi

conhecido por esse nome e as famílias Costa, Quintiliano, Ferreira, Cirilo e Villela fazem parte de um quebra cabeça de arranjos matrimoniais e econômicos que se juntaram para enfrentar as pressões da época e dos potentados locais, moldando a comunidade que ficou conhecida como Quendendê ou Sítio dos Crioulos e hoje, como Ponto Chique do Martelo.

Ponto Chique situa-se entre as cidades de Barbacena e Ibertioga, no estado de Minas Gerais. Possui atualmente mais de 420 habitantes, segundo Censo de 2010. Os moradores em sua maioria trabalham como lavradores em fazendas vizinhas de imigrantes italianos, com plantações de milho, abóbora e outros produtos agrícolas direcionados ao Ceasa local.

Ao visitar Ponto Chique, constatamos a simplicidade de seus moradores pelas faixadas das casas, o que não diminui o aconchego do interior, com mobílias antigas e utensílios modernos, porém, sem abrir mão dos fogões a lenha, retratos de familiares “descoloridos” na parede e, deliciosas broas de fubá à mesa.

E foi em 2012, que tivemos a oportunidade de reviver as histórias narradas em casa e conhecer um pouco melhor as histórias dos moradores desse lugarejo, ao participar da equipe de especialistas e representantes da Associação Comunitária de Ponto Chique na tarefa de iniciar o processo de titulação de quilombo, fato que ocorreu no ano seguinte junto a Fundação Palmares, que reconheceu Ponto Chique como sendo “Quilombo Candendê”.

O termo quilombo pautado nas observações de Beatriz Nascimento¹ liga direta e indiretamente, ao tempo e ao espaço. Acompanhando o raciocínio da autora, quilombo seria um espaço contínuo de ideias de resistência ao colonialismo cultural, reafirmação da herança africana e busca de um modelo brasileiro que seja capaz de reforçar a identidade étnica.

A pesquisadora, que nos deixou cedo tragicamente, reitera a crítica à historiografia de sua época que, pouco discutiu a amplitude do termo quilombo ao considerá-lo como algo do passado ou, o observando com visões reducionistas.

Segundo Beatriz,

¹ Para conhecer a trajetória de vida e acadêmica dessa pesquisadora negra, ler: RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza / Imprensa Oficial, 2006.

Certas instituições características de movimentos sociais arcaicos são encontradas nestes territórios acima citados, fazendo supor uma linha de continuidade entre os sistemas sociais organizados pelos negros quilombolas e os assentamentos sociais nas favelas urbanas, assim como nas áreas de economia rural decadente com incidência de população negra e segmentos populacionais de baixa poder aquisitivo pertencentes a outras etnias. (RATTZ, 2006, p.57)

De acordo com Beatriz, o termo original vem de Angola com os povos jagas ou imbangalas. Esses eram grupos guerreiros, antropófagos, que matavam seus filhos e adotavam jovens de outras tribos, Comercializavam escravos com os portugueses, possuindo características nômades e uma formação social que muito podem ser reconhecidas na instituição “kilombo”, ou seja, era aberto aos estrangeiros, sendo um território de guerra e, ao mesmo tempo sagrado, onde ocorriam as iniciações.

A partir desta amplitude de visão e conceito, o quilombo seria a realização de um “sonho” entre o passado, presente e as perspectivas para o futuro. Não apenas espaço de sobrevivência e resistência cultural, mas também, espaço de continuidade histórica.

Desta forma, se no Brasil setecentista, o termo quilombo era sinônimo de agrupamentos étnicos, num mesmo espaço territorial, voltado para certo tipo de economia. Nos oitocentos, era visto como espaço de resistência que dependendo da área geográfica sofria repressão oficial, tendo um afrouxamento da economia com cultivos variados e se transformando num espaço acolhedor de escravos fugidos.

Foi no século XIX, que o termo quilombo se firma com princípios ideológicos de resistência a tal “cidadania republicana”. Essa, que diz inaugurar no pós-abolição, a “Era da Liberdade”, contraditoriamente, inaugurou também, a “escravidão social” baseada na classe e raça. Afinal, enquanto no período escravista, o escravizado havia a possibilidade de alcançar a mobilidade social com a alforria, o que o distinguiu dos demais, com a “República cidadã” se passou a igualar as experiências sociais e a desigualar as características raciais (SCHWARCZ, 2013).

Neste trajeto de resistência e busca pela formação de uma identidade nacional plural e fluída, num Brasil onde, ainda nos dias de hoje, a cor marca o lugar social ora por circunstâncias, ora por fatores econômicos, sociais e culturais, partimos para entender a história de um grupo que tiveram como pano de fundo, as transformações porque passavam a sociedade do século XIX.

O distrito de Ponto Chique do Martelo, segundo pesquisa organizada por José Lázaro de Andrade da FUNDAC², surgiu por volta de 1850 em uma grota, entre fazendas e sítios. De acordo com a pesquisa, a comunidade era conhecida também como Sítio dos Crioulos. O termo Candendê, segundo o registro de Andrade, estava relacionado a um dos antigos moradores, conhecido como Antônio Lourenço, que era um negro que “(...) falava meio embolado, usava algumas palavras do idioma africano e gostava de benzer utilizando um rosário no pescoço (Andrade, 2007)”.

Bem, é necessário alertar que, a memória é seletiva e irá se basear naquilo que fizer sentido para o membro da comunidade. Pois, algumas lembranças são mantidas mesmo depois da distância do fato ocorrido e outras, devido o vínculo com o grupo. Contudo, cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, e muda conforme o lugar ocupado no grupo e com outros do meio (HALBWACHS, 2004, p.55).

Foi a partir da memória de alguns moradores do quilombo, das narrativas escutadas pelo autor ainda na infância, e dessas, cruzadas com documentos arquivados no Cartório de Registro Civil de Padre Brito, como registros de nascimento, casamento, óbitos, cartas de alforrias, compra e venda de terras, que vários personagens começaram a ter rosto e corpo nesta jornada. Vale uma pausa para esclarecer a importância dos arquivos privados no resgate de histórias perdidas. Afinal, será graças à disponibilidade da oficial de justiça Sarah Feres e a conservação com os próprios recursos, que documentos que datam desde 1830 estão disponibilizados até os dias de hoje. Fato que, nos possibilitou encontrar os sujeitos que montam o emaranhado de grupos familiares e imigrantes do Candendê.

Ginzburg fala sobre a importância de relacionarmos a História, retórica e provas nos trabalhos empíricos. Segundo o autor, ao avaliar as provas, os historiadores devem recordar que todo ponto de vista sobre a realidade é seletivo e parcial. Pois, são influenciadas por forças externas que as condicionam, e pela possibilidade ou não de ter acesso a todas as documentações relacionadas à pesquisa e à imagem que a sociedade deixa de si. Ele afirma que

² **ESCOLA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE BARBACENA.** Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Barbacena Prefeitura Municipal de Barbacena Administração 2009/2012.

Para ‘escovar a história ao contrário’, como Walter Benjamin exortava a fazer, é preciso aprender ler as testemunhas às avessas, contra a intenção de quem as produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de forças quanto aquilo que é irredutível a elas (GINZBURG, 2002)

Desta forma, o cuidado com a narrativa deve ser observado. Por tempos postulou de forma simplicista um exame nas narrativas historiográficas, sem levar em conta as pesquisas arquivísticas, filológicas e estatísticas que possibilitaram a escrita. No entanto, hoje, devemos nos ater menos ao produto literário final e mais às fases preparatórias que mostram uma interação recíproca no interior da pesquisa, dos dados empíricos com os vínculos narrativos.

Assim, os fatos narrados nesta tese, tenderão a partir da análise de fontes diversas, junto com entrevistas, contar a história da formação do lugarejo, mas nunca com a pretensão de totalidade dos fatos. Afinal, as adversidades que serão encontradas, seja na inexistência de documentação, que se perdeu no tempo, no desencontro de memórias esfumaçadas ao longo das entrevistas, graças à distância do fato narrado com o tempo presente, poderão deixar frestas em todo o percurso.

1.1 – Antônio Lourenço da Costa (O Candendê)

Ao iniciarmos as entrevistas, o nome de Antônio Lourenço fora citado como o fundador da localidade. Assim, será a partir de sua família que tentaremos verificar como se procedeu a formação do quilombo Candendê, também conhecido como Sítio dos Crioulos.

Acreditamos que os membros do “Sítio dos Crioulos”, observaram as frestas do sistema normativo em vigor e aproveitaram das brechas advindas da aproximação com os potentados locais para angariar vantagens materiais e imateriais. De acordo com pesquisas orais realizadas na comunidade, há indícios que antigos moradores do Candendê, no período escravista, foram “capitão do mato” da família escravista, Moreira Campos.

Segundo entrevista cedida por João Pedro da Silva, neto de Antônio Lourenço, fazendeiros locais “pagavam” a membros da comunidade para capturarem escravos rebeldes, e cita José Cirilo, parente do Candendê, como sendo o “puxador da corda” de

escravos fugidos, na figueira que, hoje é o símbolo da Associação do Candendê, como mostra a figura abaixo:

Figura 1



Fonte: Associação dos Trabalhadores e trabalhadoras do quilombo Candendê

Um fato que chamou atenção na entrevista do Sr. João Pedro, é que repetidas vezes, ele afirmou que, “seu avô Antônio Lourenço Candendê, nunca fora escravo!”.³ Dessa forma, apesar de Antônio ter nascido em meados do século XIX, como demonstrado pelo cruzamento das certidões de casamento de seus filhos e a sua de óbito, ele não tinha relações diretas com a escravidão. Mas, contudo, seus vínculos com os potentados da família Moreira Campos, já no século XX, pode ser resquícios da relação de sua família com um passado escravista.

Nas palavras do Sr. João Pedro,

As terras do atual Ponto Chique pertenciam aos meus dois avôs. Por parte de mãe, Antônio Lourenço Candendê, e por parte do pai, José Serafim, sendo estes primos. Antônio Lourenço foi capanga de Abel Moreira Campos. Ele era casado com Firmina e tinha três filhos Agenor, José Pedro e minha mãe, Aurora Firmina. (Entrevista concedida por João Pedro, neto do Candendê ao autor).⁴

Como já afirmamos anteriormente, citando Halbwachs, a memória é seletiva e irá se basear naquilo que fizer sentido para o membro da comunidade. Desta forma, torna-se pertinente aos descendentes do Candendê afirmar sua posição numa sociedade

³ Entrevista concedida pelo Sr. João Pedro da Silva, neto do Candendê, em Outubro de 2012, em sua residência.

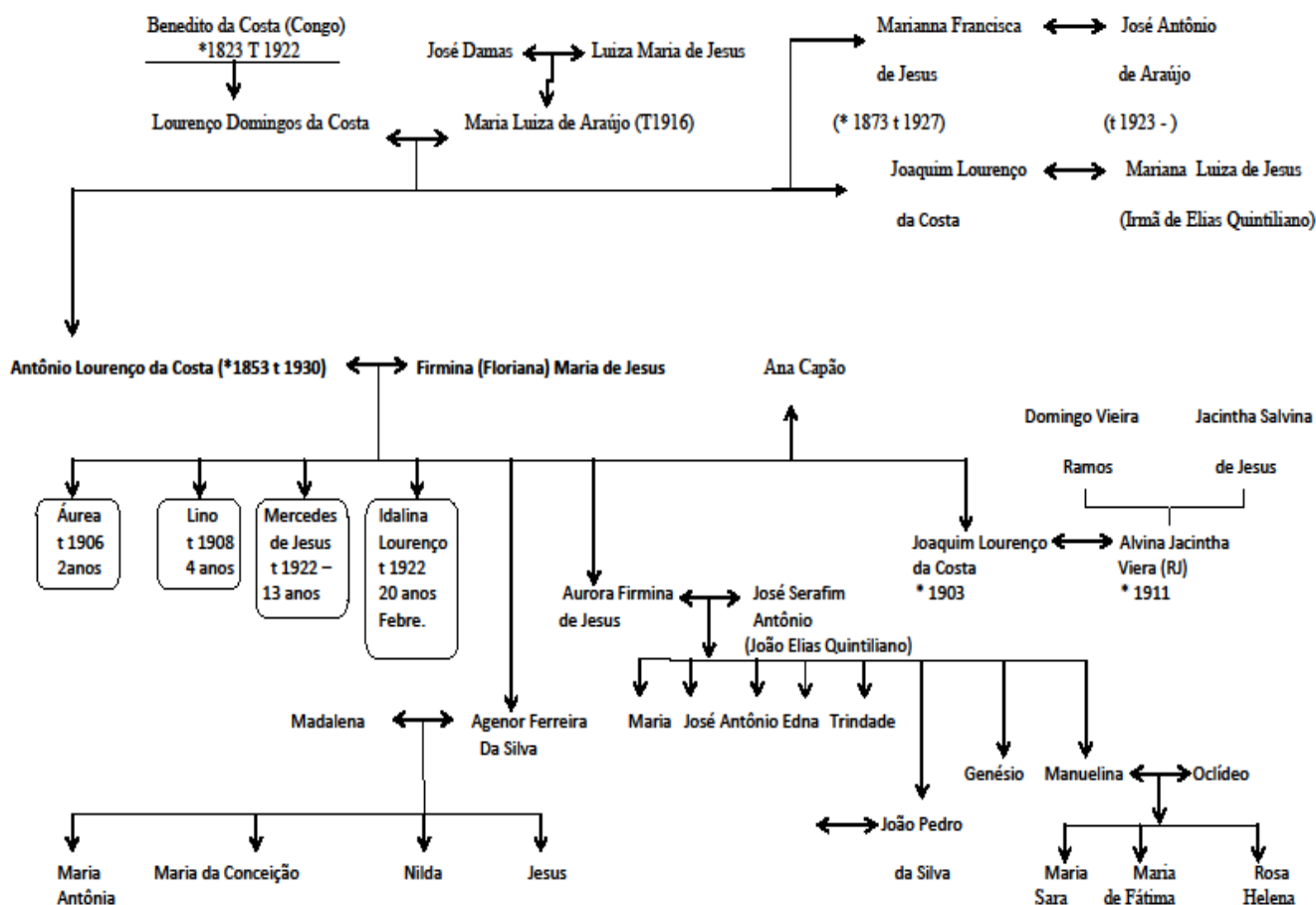
⁴ Entrevista concedida pelo Sr. João Pedro da Silva, neto do Candendê, em Outubro de 2012, em sua residência.

que ainda tem “resquícios da escravidão” no trato, na exclusão social e nos investimentos públicos (HALBWACHS, 2004, p.55).⁵

Enfim, será a partir da coleta dos dados e entrevistas que, em fase inicial, construímos a árvore genealógica da família de Antônio Lourenço, o Candendê:

Diagrama 1

Família Lourenço da Costa



Legenda: ↔ = Casados → = filhos

Fontes: Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito e História Oral.

Ao garimparmos os registros oficiais do Cartório de Registro das Pessoas Civis de Padre Brito, que mantem uma documentação datada desde 1830, encontramos no livro n.3 de Registro de Casamento (1929 a 1967), o edital de proclamação do casamento civil de um dos filhos de Antônio Lourenço. Trata-se do casamento de José

Pedro da Silva com Avelina Mariana de Jesus, ocorrido em 1947. Foi graças a este registro e os demais que seguiram que descobrimos o sobrenome do Sr. Candendê. Segundo as fontes, ele se chamava Antônio Lourenço da Costa, já falecido na data, e sua esposa era Firmina Floriana de Jesus.⁶

É relevante observar as relações demonstradas no diagrama, os vínculos diretos e indiretos realizados por Candendê e pelos seus. Afinal, o surgimento dos “nós” ocorria com as formações de parentescos, seja dentro das senzalas ou, sob os olhares de fazendeiros que viam com “angústia” a multiplicação de um Sítio de Crioulos formado em pleno período de transformações das relações de trabalho.

Para o neto do Candendê, Sr. João Pedro, é importante ressaltar o status do avô como sendo homem livre e com função relevante para aquela sociedade. O sentido da liberdade se mostra muito forte e presente para os membros da comunidade. Segundo Pierre Nora, memória é o vivido e a história é o elaborado. Assim, a memória permite atualizar a história a todo instante (pp. 07-28, 1993), como verificamos na fala acima, o entrevistado fortalece por meio da memória, buscando completar a história do lugarejo, como sendo um espaço de liberdade e resistência.

Apesar de Candendê ser conhecido como quilombo, esse não se define pelo tamanho e número dos membros da comunidade, mas pela experiência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Teoricamente, o parentesco poderia ser definido como uma identificação profunda entre os indivíduos. Aparentar-se seria antes de tudo, conseguir aliados, seja por consanguinidade ou consecução de conjugues.

Para Engemann, “[...] a proliferação das alianças parentais conduz, de modo geral, à formação de uma identidade mais abrangente: a comunidade. [...]” (ENGEMANN, 2005, p. 182). E o que fornece a amalgama são a existência comum de antepassados, símbolos e crenças. O espaço físico também se torna importante como sendo o continente onde estas culturas são simbolicamente divididas, representadas e repassadas, tornando o espaço um lugar sagrado de representações.

Este sentido de comunidade poderia ter vindo tanto, da “paz da senzala” promulgada pelos senhores e aproveitada pelos cativos na aquisição de uma melhor condição de sobrevivência, adquirindo o direito ao matrimônio, um espaço para a

⁶ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de Casamento. Livro n.3, 1929 a 1967, fls. 143v e 144.

formação da família e até um pedaço de terras que minimizasse sua condição precária de vida quanto, segundo Marshall Sahlins, de uma sabedoria tribal africana. O autor diferencia a “Sociedade Tribal” da “Civilizada”, onde a primeira não possuía um Estado soberano que impõe a “paz” por meio da coerção (Leis). Já “[...] na civilizada, o indivíduo é súdito e a soberania do Estado se expressa através do monopólio da força”.

Para ele, as tribos viveriam sempre em estado de guerra, por direito, já que não havia uma institucionalização que pregasse o contrário. Todavia, a guerra jamais se efetivava graças à sabedoria que buscava a paz por meio de trocas materiais, que se convertiam em reciprocidade, formação de laços parentais e as cerimônias ritualísticas (FLORENTINO & GÓES, 1997, p.32).

Assim, nas grotas pertencentes ao Termo de Barbacena surge com fortes laços parentais ou, pela experiência escrava ou, pela imposição do sistema, uma comunidade cercada por sítios e fazendas em pleno século XIX, e que se mantém neste espaço geográfico interligados com valores simbólicos de resistência e continuidade.

As relações estabelecidas entre os moradores do Candendê e os fazendeiros locais, demonstram também formas diversificadas de busca pela autonomia e talvez, até mesmo um status dentro da comunidade e assim, a formação de uma liderança que se projetaria para além da existência física.

Abel Carlos Moreira Campos, que na foto abaixo tem entre seus caçadores convidados o Antônio Lourenço Candendê, era conhecido como coronel na região. Sobrinho de Manoel Moreira Campos, Abel era filho de José Narcísio Moreira Campos, antigo dono da fazenda da Cachoeira, escravagista com mais de 50 escravos em seus 100 alqueires de terras.⁷

Foto 1 – A caçada

⁷ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Abel Santana Campos, neto do Coronel Abel, em 24 de agosto de 2017.



Fonte: Acervo da família Campos, 1920.

A foto cedida pela família Campos mostra a estreita relação entre o Coronel Abel e Antônio Lourenço. Ambos participam de uma caçada de veados na região, atividade esportiva corriqueira entre fazendeiros locais. Apesar de próximos, também traz a imagem de certa subordinação hierárquica entre os participantes da caçada. Pois, enquanto os familiares do Coronel se posicionam no centro da foto, Antônio Lourenço e seu compadre Esmael Ferreira, estão localizados nas extremidades, talvez por serem os “capangas” do grupo. Os trajes de ambos, também nos fornecem informações sobre sua relação com os potentados locais. Afinal, se mostram à altura para um evento importante da época, como o período da caça.

É importante por em cena indivíduos que se ascendem em meio ao grupo, buscando desvendar suas escolhas dentro de uma racionalidade limitada, que poderiam afetar tua vida e de toda uma comunidade. As limitações impostas por uma época, mentalidade e até situações financeiras devem ser pesadas nas ações dos atores sociais. Antônio Lourenço, de uma forma ou de outra, seja pelas relações com potentados, ou pelo curandeirismo que praticava na região, alcançou algo difícil num período que ser cidadão era ser igual, mas com delimitações claras dentro da sociedade republicana.

Em entrevista com as bisnetas de Antônio Lourenço, as senhoras Maria da Conceição e dona Ilza, essas nos relatam um pouco das histórias vividas e que foram passadas de geração em geração. Dona Maria, filha do Sr. Agenor, ainda reside na casa de pau a pique de seus pais. Ela lembra o jeito alegre de ser do pai e da satisfação em receber visitas. Afirma ser a única dos quatro filhos, que sempre residira na casa antiga,

a marca do tempo deixa transparecer as ripas preenchidas por barros e os resquícios da presença do fogão a lenha que sempre a acompanhou ao longo de seus mais de setenta anos de idade.

Foto 2 – Casa da Dona Maria da Conceição



Fonte: arquivo do autor

Dona Maria, tivera três irmãos, dos quais dois ainda estão vivos. Apenas Hilda, irmã do meio veio a falecer tempos atrás, com o “[...] aparecimento de um caroço no pescoço que subiu, junto com muita tosse e ela não aguentou [...]”⁸ Jesus, único homem e o caçula, fora procurar emprego e vida melhor em São Paulo e por lá ainda permanece. Dona Maria Conceição recebe os cuidados da irmã Maria Antônia, residente na cidade, que desde cedo fora trabalhar nas casas como doméstica. Enquanto isso, ela resolvera continuar morando com a mãe, senhora Madalena, após a morte do pai, mesmo com os poucos recursos públicos existentes no lugarejo, e após o falecimento da mãe, não quis abandonar o lugar.⁹

Foto 3- Sr. Agenor e Dona Madalena

⁸ Entrevista de Dona Maria da Conceição, filha do Sr. Agenor, neta de Antônio Lourenço da Costa. Em 06 de outubro de 2018.

⁹ Entrevista realizada com as Senhoras Maria da Conceição e Ilza no Ponto Chique do Martelo, em seis de outubro de 2018.



Fonte: Arquivo do autor

Senhor Agenor, pai de nossa entrevistada, era um dos filhos de Antônio Lourenço. Além desse, o Candendê tivera Áurea e Lino que faleceram ainda criança, causa natural, no início do século XX, tendo como declarante Gabriel Antônio dos Santos, num lugar denominado Boa Vista.¹⁰ Tempos depois, em 1920, com separação de meses, o Candendê perde suas filhas Mercedes de Jesus, morte natural e Idalina Lourenço, causa febre, conforme esclarecido pelo outro filho de Antônio, José Pedro da Costa.¹¹ O local das mortes vem registrado como Lagoa. Não acreditamos ter a família de Antônio Lourenço se deslocado de uma região para outra em pouco tempo. Mas sim, que as designações da residência de sua família fossem dentro do território, que alguns escritvães registraram como Quendendê ou Candendê.

Para além desses citados, foram encontrados registros de mais três filhos de Antônio e Firmina. Ana, conhecida como Ana Capão, solteira, Joaquim Lourenço casado com Alvina, vinda do Rio de Janeiro com a família para morar no distrito de Ilhéus e Aurora Firmina casada com José Serafim, pais de um de nossos entrevistados, João Pedro da Silva.¹²

Conclusão

A relação pessoal com o povoado do Candendê torna a pesquisa ainda mais relevante, ao passo que possibilita o entendimento de uma história familiar e ajuda o

¹⁰ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de óbito, n. 2, 1898 a 1925, fl. 48 e 50.

¹¹ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro de óbito, n. 2, 1898 a 1925, fl. 179v e 183v.

¹² Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Registro de Casamento. Livro n.3, 1929 a 1967, fls. 01 e 161.

resgate histórico necessário para a aquisição de recursos técnicos junto aos setores públicos. Fato, que possibilitará o fortalecimento da identidade e promoção do lugarejo como ponto histórico e cultural do Município de Barbacena, e quem sabe, angariar benefícios econômicos para os moradores que ali vivem à margem da história e dos interesses políticos locais.

Cientificamente, a pesquisa reforça a reflexão sobre a amplitude do termo quilombo. Esse não era apenas terras de “negros fugidos”. Mas sim, terras adquiridas de formas diversas por “homens de cor” livres, libertos e até índios que ali buscaram reviver e ampliar sua cultura, e que mesmo vigiados pelos potentados locais, criaram o sentimento de comunidade e se tornaram mais fortes para enfrentar uma sociedade escravista, patriarcal e católica.

Como muito bem ressalta Weimer (2013, p.05), novas perspectivas históricas (Cooper, Holt e Scott, 2005) apontam para uma nova análise do pós-abolição, que muito difere das tendências reducionistas que alegavam que os indivíduos teriam caminhos e trajetórias pré-definidas pela herança escravista. Afinal, esses estarão agora numa arena de conflitos e problemas onde a subjetividade individual ou coletiva será testada, e assim, a família será fundamental nesse contexto, possibilitando o agenciamento de sujeitos sociais sobre a vida em liberdade.

Seguindo o pensamento do autor, talvez um dos maiores desafios para a historiografia sobre o pós-abolicionismo seja, apontar os diferentes caminhos disponíveis aos libertos e investigar em que situações e condições as pessoas as seguiram (WEIMER, 2013, p. 23).

O neto de Antônio Lourenço da Costa, o Sr. João Pedro, nos levou por um fio condutor da memória para o passado da formação da comunidade do Sítio dos Crioulos. Ele afirma em entrevista que, possui em teu poder a antiga escritura do local e os primeiros donos do território são os seus avós, Antônio Lourenço da Costa e Elias Antônio Quintiliano. Os destinos desses se encontraram com os das famílias de José Cirilo, Ismael Ferreira e os descendentes dos Vilellas, formando o que chamamos hoje de Ponto Chique do Martelo.

A memória de João Pedro **diverge** com os documentos escritos quanto ao nome do pai de Antônio Lourenço da costa. Para ele, seu bisavô chamava-se Antônio Pequeno. Já nos registros cartoriais, o pai do Candendê, aparece como sendo Lourenço da Costa, casado com Maria Luiza de Araújo. Antônio Pequeno é muito citado nas

entrevistas dos moradores, o que denota certa influência e presença no passado desta comunidade. Na contínua garimpagem das fontes do Cartório de Padre Brito, tivemos a chance de encontrar uma única carta de alforria em meio a toda documentação ali guardada. Trata-se da alforria do pardo Antônio, doada por sua Senhora Anna da Costa, em 19 de outubro de 1830¹³. Muitos foram os pensamentos do pesquisador sobre a relação da carta e sobrenome da senhora com a história de Antônio Lourenço da Costa e o questionamento se esse Antônio alforriado por dona Anna seria Antônio Pequeno. Todavia, as fontes encontradas no cartório deixaram um espaço vazio de 1830 até 1898. Não se sabe ao certo, o que ocorreu com a documentação deste meio período de ausência e por isso, até o momento não conseguimos saber o que ocorreu com Antônio citado na Carta de Alforria, em sua vida de liberto.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Os quilombos e as novas etnias**. In O’Dwyer, Eliane Cantarino (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV/ABA, 2002.

“Terras de Preto. Terras de Santo. Terra de Índio” IN: Habette, J. e Castro, E. M. (orgs.) *Cadernos NAEA*, UFPA, 1989. e Almeida, Alfredo Wagner Berno de (org.). ***Terras de Preto no Maranhão: Quebrando o mito do isolamento***. São Luís: Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA) e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), 2002.

Arquivos da Prefeitura Municipal de Barbacena Serviço de Geoprocessamento, 2010.
Artigo 68 (ADCT – CF/ 88) - FERREIRA, R.C. O Artigo 68 do ADCT/CF-88: Identidade e Reconhecimento, Ação Afirmativa ou Direito Étnico? *Revista Habitus*, v. 08, p. 01-18, 2011.

ENGEMAN, Carlos. “Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XII-XIX”. In: FLORENTINO, Manolo (ORG.). **Tráfico, Cativo e Liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹³ Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais e Notas de Padre Brito. Livro de Registro, n. 1, 1830 a 1895, s.p.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL DE BARBACENA. Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Barbacena Prefeitura Municipal de Barbacena Administração 2009/2012.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Famílias escravas e o tráfico atlântico, Rio de Janeiro c.1790 –c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: História, retórica, Prova**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2004, pp.31-32.

INFORMATIVO DA CONSCIÊNCIA NEGRA DE BARROSO, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura (2000). **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas** in: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-54.pdfhttp, acesso em 27/04/08.

MALANDRINO, Brígida Carla. **“Há sempre confiança de que se estará ligado a alguém”**: dimensões utópicas das expressões da religiosidade bantú no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), PUC São Paulo, 2010, p.42.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. 2005-2006, p.2.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo:PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

O'DWYER, CANTARINO E. Terra de Quilombos. Rio de Janeiro: UFRJ AB1995.

PRECIOSO, Daniel. **“Última vontade”**: a alforria em testamentos de homens pardos (Vila Rica, 1755 -1831)”. Revista de história São Paulo, n.167, pp.99-128, 2012.

RATTZ, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza / Imprensa Oficial, 2006.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1998

SCHWARCZ, Lilia. Lima Barreto e a experiência da mimesis: agência e loucura no Brasil da Primeira República. In: Carolina Dantas et allii (org). **Histórias do Pós-Abolição no Mundo Atlântico**, vol. 1. Niterói: EDUFF, 2013.

SANTOS, R. **Herdeiros da escravidão: distribuição de legados a escravos no Termo de Barbacena (1850 a 1888)**. Dissertação de Mestrado, 2014.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. A gente de Felisberta. Consciência histórica, história e memória no litoral rio grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese de doutorado em História, UFF, 2013